

# Narrativas ambientais ativistas: convergências entre jornalismo independente e etnomídia indígena

*Activist environmental narratives: convergences between independent journalism and Indigenous ethnomedia*

*Narrativas ambientales activistas: convergencias entre el periodismo independiente y la etnomedia indígena*

Amanda GRZYB<sup>1</sup>  
André Wolmer de MELO<sup>2</sup>  
Pedro MARTINS<sup>3</sup>

## Resumo

Este artigo apresenta duas práticas comunicacionais ativistas que podem contribuir no enfrentamento da atual crise ecológica: o jornalismo ambiental independente e a etnomídia indígena. O objetivo é identificar convergências entre as duas no que se refere ao potencial de acionamento de narrativas em prol da transformação social. Para tanto, operacionalizamos, entre outros, os conceitos de justiça ambiental, violência lenta, ambientalismo dos pobres, violência simbólica e narrativas contra-hegemônicas. Concluímos que a produção ambiental jornalística independente e a etnomídia indígena trazem elementos importantes de críticas ignorados pela mídia mainstream, além de dialogar diretamente com populações vulneráveis que sofrem diretamente os impactos dos agravos ambientais.

**Palavras-chave:** jornalismo ambiental; jornalismo independente; etnomídia indígena; narrativas contra-hegemônicas; justiça ambiental.

---

<sup>1</sup>Doutora em Inglês (Duke University) - Professora de Informação e Estudos da Mídia (University of Western Ontario, Canadá) – ORCID: 0000-0003-3950-2254 – E-mail: agrzyb@uwo.ca.

<sup>2</sup>Mestre em Estudos da Mídia (UFRN) - Doutorando em Estudos da Mídia (University of Western Ontario, Canadá) – ORCID: 0000-0001-5742-5470 – E-mail: amelo9@uwo.ca.

<sup>3</sup>Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, da Universidade Estadual Paulista (FAAC/Unesp/Bauru) – ORCID: 0009-0009-4079-2464 – E-mail: pedro.martins-pereira@unesp.br.



---

## Abstract

This article presents two activist communication practices that can contribute to confronting the current ecological crisis: independent environmental journalism and indigenous ethnomedia. The objective is to identify convergences between the two regarding the potential to trigger narratives in favor of social transformation. To this end, we operationalize, among others, the concepts of environmental justice, slow violence, environmentalism of the poor, symbolic violence and counter-hegemonic narratives. We conclude that independent environmental journalism and indigenous ethnomedia bring important elements of criticism ignored by the mainstream media, in addition to directly dialoguing with vulnerable populations that directly suffer the impacts of environmental damage.

**Keywords:** environmental journalism; independent journalism; Indigenous ethnomedia; counter-hegemonic narratives; environmental justice.

## Resumen

Este artículo presenta dos prácticas de comunicación activista que pueden contribuir a enfrentar la actual crisis ecológica: el periodismo ambiental independiente y los etnomedios indígenas. El objetivo es identificar convergencias entre ambos en términos del potencial para activar narrativas a favor de la transformación social. Con este fin, operacionalizamos, entre otros, los conceptos de justicia ambiental, violencia lenta, ambientalismo de los pobres, violencia simbólica y narrativas contrahegemónicas. Concluimos que la producción periodística ambiental independiente y los etnomedios indígenas aportan importantes elementos de crítica ignorados por los principales medios de comunicación, además de dialogar directamente con poblaciones vulnerables que sufren directamente los impactos de los problemas ambientales.

**Palabras clave:** periodismo medioambiental; periodismo independiente; etnomedia indígena; narrativas contrahegemónicas; justicia medioambiental.

---

## Introdução

Durante a pandemia de Covid-19, Andréa Malm (2020) lançou uma pergunta: por que essa crise sanitária foi tratada como uma emergência pela maior parte do mundo, como se fosse uma guerra, enquanto a crise ambiental não é considerada urgente o suficiente para se tornar prioridade em decisões políticas e econômicas?

A comparação pode parecer descabida por envolver duas problemáticas de naturezas diversas, mas o fato é que as medidas tomadas durante a pandemia para salvaguardar a produtividade de determinados setores e a economia como um todo foram céleres, em um momento em que o conhecimento científico sobre o vírus, sua gravidade e formas de contaminação ainda eram incertos. Por outro lado, Malm destaca que a crise climática é comprovada por décadas de pesquisas que demonstram



enfaticamente os danos transnacionais e a necessidade de mudanças profundas nos modos de produção e exploração de recursos naturais.

Discutir as razões para a diferenciação no modo de tratamento entre as duas crises – pandêmica e ambiental – envolve muitas complexidades, mas um fator determinante apontado por Malm (2020) é que as pessoas mais afetadas pela emergência climática vivem em comunidades pobres, marginalizadas e racializadas do sul global (Faber, 2018; Nixon, 2011). A pandemia, no entanto, tomou o caminho oposto, tendo como primeiras vítimas, em sua maioria, pessoas brancas na Europa. Essa crítica reflete a perspectiva da justiça ambiental e a invisibilidade da questão climática. Os impactos da degradação ambiental afetam de forma desigual a vida cotidiana de milhões de pessoas marginalizadas e racializadas, que são mais suscetíveis a problemas de saúde, insegurança alimentar e condições de vida precárias, como comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, e a classe trabalhadora negra. A perspectiva da justiça ambiental examina como a degradação ambiental afeta as comunidades mais vulneráveis de forma desequilibrada e interliga desigualdades históricas de classe, raça, gênero e poder político (Apostolopoulou e Cortes-Vazquez, 2018; Holifield et al., 2018).

No que se refere ao campo da comunicação, pesquisas significativas em diferentes partes do mundo atestam uma predominante falta de engajamento<sup>4</sup>, profundidade de conteúdo e diversidade de fontes na cobertura da mídia tradicional sobre questões ambientais (Girardi et al., 2018; Hansen, 2019; Holanda et al., 2020; Melo e Costa, 2022; Miguel e Machado, 2019; Takahashi et al., 2018). É nessa lacuna que emergem novas narrativas ambientais com perfis contra-hegemônicos, dentre as quais destacamos o jornalismo ambiental independente e a etnomídia indígena, práticas que vêm sendo desenvolvidas por jornalistas, indivíduos e coletivos da sociedade civil, e são objeto de estudo de pesquisadores no campo da comunicação.

Por jornalismo ambiental independente, a partir da referência de autores como Loose e Belmonte (2023), nos referimos a práticas descoladas dos grandes meios de comunicação, tanto em termos econômicos quanto editoriais, o que permite a adoção de um perfil mais crítico de conteúdo com relação ao tratamento das questões ambientais. Por etnomídia indígena, com base em autores como Santi e Araújo (2020),

---

<sup>4</sup>O termo engajamento é empregado para descrever a atividade de comunicação que defende a lógica socioambiental e estimula o debate e a mobilização social, sem pretensão de imparcialidade (Girardi et al., 2018; Loose e Belmonte, 2023).



falamos de uma prática comunicacional alternativa relacionada à expressão da identidade étnica e autonomia política dos povos indígenas, feita, construída e realizada pelos próprios integrantes dessas comunidades.

Com base no cenário apresentado acima, o objetivo deste artigo é identificar pontos de convergência entre o jornalismo ambiental independente e a etnomídia indígena, especialmente no que se refere ao potencial de acionamento de pautas e temas que tratam a questão ambiental sob um viés de crítica e transformação social, muitas vezes relegados a segundo plano ou mesmo excluídos da cobertura da mídia tradicional. Partimos da premissa de que essas duas formas de comunicação ambiental assumem um papel relevante no debate público ao inserirem atores sociais marginalizados, mas que são detentores de conhecimentos e saberes valiosos para enfrentar a atual crise ecológica atravessada pela humanidade.

Para estruturar essa discussão, realizamos uma pesquisa de caráter bibliográfico, na qual foram selecionados autores contemporâneos que compõem o estado da arte nos respectivos campos. Mobilizamos conceitos como justiça ambiental, ambientalismo dos pobres, violência lenta, violência simbólica e contra-hegemonia. Este estudo é um primeiro ensaio na criação de um paralelo entre jornalismo independente e etnomídia indígena, dois campos que ainda possuem muitas frentes a serem exploradas dentro do universo da comunicação ambiental, considerando a dinâmica e emergência em andamento dos movimentos sociais, narrativas e conceitos relacionados.

Com vistas a cumprir esse objetivo, o presente artigo está estruturado da seguinte maneira: na primeira seção, fazemos a discussão acerca da importância de um jornalismo ambiental engajado e que assume formas independentes e novos arranjos produtivos e institucionais. Na segunda seção, posicionamos a etnomídia indígena como um net-ativismo<sup>5</sup> atrelado à preservação ambiental e aos modos de vida tradicionais. Por fim, estão as considerações finais, com alguns pontos de convergência

---

<sup>5</sup> O termo net-ativismo foi cunhado por Massimo Di Felice (2021) para explicar formas de conexão e comunicação no âmbito do contexto amazônico e indígena. Se propõe a alargar o entendimento do uso das ferramentas digitais e da internet pelo movimento indígena, ao trazer um significado muito mais ligado a um processo conectivo entre as várias partes envolvidas, incluindo não humanos, do que um uso ferramental que incrementa o nível de participação social. Sob o prisma do net-ativismo, a digitalização das aldeias indígenas se fortalece enquanto uma rede de inteligências em sintonia com conexões pré-existentes nos ecossistemas da floresta.



identificados e indicações para aprofundamento em futuros estudos e pesquisas empíricas relacionadas ao tema.

### **Jornalismo independente e meio ambiente**

Estudos nas últimas duas décadas destacam que o panorama da mídia corporativa é fortemente impactado pelas mudanças nas tecnologias da informação e comunicação, por cortes orçamentários, demissões e pela crescente urgência de conteúdo associada à ascensão do jornalismo digital (Macnamara, 2009; Ramos, 2021; Reis, 2020; Sampaio, 2014). As exigências por volume considerável de notícias e a necessidade de produção em alta velocidade têm repercussões em todos os setores da profissão e do mercado jornalístico.

Autores como Fuchs (2015), Mosco (2009), Moore (2018) e Moraes (2020) discutem as implicações dessas mudanças no mercado da comunicação, em que informar o público não é mais uma função restrita a veículos profissionais. Moore (2018) destaca as mudanças nos fluxos de comunicação, com a desestabilização dos veículos tradicionais e a ascensão de plataformas tecnológicas, as chamadas Big Techs, como Google, Facebook e X (anteriormente Twitter). Ao passo em que as novas dinâmicas alteram o papel do cidadão e criam espaço para novas vozes, Moore (2018) e Marques (2020) alertam para o fato de as plataformas criarem mais possibilidades de desinformação, disseminação de informações falsas e manipulação também através da coleta e exploração de dados pessoais<sup>6</sup>.

No jornalismo profissional, essas transformações contribuem para uma cobertura mais superficial e fragmentada, tanto globalmente quanto no contexto brasileiro, resultando em uma abordagem menos abrangente das questões ambientais, desfavorável à consolidação de um discurso ambiental mais engajado. Loose e Belmonte (2023) defendem que, no contexto atual da crise ambiental, o posicionamento engajado é o principal atributo necessário no discurso jornalístico ambiental. Segundo elas,

a militância, engajamento ou posicionamento diante das causas ambientais é apontada por diferentes autores da área (Bueno, 2007, Frome, 2008, Girardi et al., 2012, Loose, 2021) que entendem a posição

---

<sup>6</sup> No formato da Web 3.0, as plataformas permitem acesso de certa forma gratuito a seus serviços - mensagens, e-mail, perfis de mídia social, entretenimento, jogos, conteúdo - em troca de dados. O resultado é o monitoramento constante de públicos-alvo, que oferece poderes ampliados aos anunciantes: agora é possível atingir pessoas em todo o mundo, em várias mídias e, ao mesmo tempo, segmentar esse público com uma precisão sem precedentes (Mosco, 2009; Fuchs, 2015).



do mediador neutro, internalizada pelo jornalismo hegemônico em razão dos valores da modernidade, como algo à serviço apenas dos interesses capitalistas (Loose e Belmonte, 2023, p. 3).

Um corpo de pesquisa consolidado indica que o discurso em favor da causa ecológica já era discutido e se fazia presente (de diferentes formas) no jornalismo especializado brasileiro, desde o seu surgimento e desenvolvimento na década de 1960, em paralelo à ambientalização da sociedade (Costa, 2005; Loose e Belmonte, 2023; Melo e Costa, 2023a). Com o crescimento da notoriedade ambiental no debate social global e brasileiro, o reconhecimento da sustentabilidade como essencial para a humanidade deixou de ser o principal desafio dos jornalistas especializados. Cada vez mais, os profissionais de comunicação buscam formas de engajar o público na adoção de práticas ambientalmente corretas e na cobrança por políticas públicas ambientais efetivas.

Ao passo em que as mudanças no mercado impõem desafios para jornalistas, elas também apresentam oportunidades para o surgimento de novos arranjos institucionais, formatos de veículos e espaço para amplificação de narrativas alternativas ou contra-hegemônicas<sup>7</sup> (Alves e Santos, 2023; Loose e Belmonte, 2023; Melo e Costa, 2023b). Diante dessas mudanças, a criação de veículos de notícias independentes aumentou na última década internacionalmente e também no Brasil (Ganter e Paulino, 2020; Reis, 2020). Ramos (2021, p. 34) resume:

a emergência e proliferação dos “novos arranjos econômicos do trabalho do jornalista” de que fala Figaro – que também podem ser chamados de independentes, alternativos, contra-hegemônicos e/ou nativos digitais – são fruto de um conjunto de fatores conjunturais, dentre os quais está o surgimento de tecnologias disruptivas que concederam maior poder de participação do público no processo informacional, contribuindo para o questionamento por parte deste mesmo público sobre o discurso jornalístico produzido nas grandes empresas de mídia.

---

<sup>7</sup> Segundo Antonio Gramsci (1999), a hegemonia é construída quando os grupos dominantes obtêm o consentimento ativo dos grupos subalternos através da educação e persuasão. Os intelectuais ligados aos grupos fundamentais desempenham um papel crucial ao dirigir moral e intelectualmente a sociedade civil para alcançar esse consenso. Contra-hegemonia é um conceito de Raymond Williams, a partir dos estudos de Gramsci, para se referir a “experiências, significados e valores que não fazem parte da cultura dominante efetiva; formas alternativas e opositoras que variam historicamente nas circunstâncias reais; práticas humanas que ocorrem ‘fora’ ou em ‘oposição’ ao modo dominante; formas de cultura alternativa ou opositora residuais, abrangendo experiências, significados e valores que não se expressam nos termos da cultura dominante, embora sejam praticados como resíduos culturais e sociais de formações sociais anteriores; formas de cultura emergente, englobando novos valores, significados, sentidos; novas práticas e experiências que são continuamente criadas” (Dore e Souza, 2018, p. 254).



Assim, o surgimento do jornalismo alternativo não está exclusivamente ligado à era da internet, mas foi certamente impulsionado pelas novas oportunidades de formato, acesso e compartilhamento (Alves e Santos, 2023; Ramos, 2021). Os termos jornalismo independente e jornalismo alternativo frequentemente se entrelaçam nos estudos. São conceitos dinâmicos, em construção e multifacetados, com diferentes denominações que se sobrepõem, como "radical", "popular", "participativo", "comunitário" e "autônomo" (Harlow, 2022). Esse conceito abrange diversas iniciativas independentes da mídia *mainstream*, as quais não têm o lucro como principal objetivo. Alves e Santos (2023) mencionam a proeminência de arranjos alternativos como sites, blogs e redes sociais, documentários no Youtube, podcasts, jornal online, e rádio web. Portanto, o jornalismo independente também é associado ao jornalismo nativo da internet, criado no ambiente digital com formato e conteúdo originalmente concebidos para esse meio, visando especialmente o público jovem que cresceu imerso na internet (Palfrey e Gasser, 2008; Ramos, 2021).

Harlow (2022) aponta para a crescente influência do jornalismo independente e nativo digital para o panorama midiático na América Latina, com uma prática profissional que denuncia as disfunções da ordem política e econômica dominante e vem conquistando cada vez mais espaço junto ao público. Ele observa que, desde os anos 2000, os países latinos estão na vanguarda da tendência de criação de veículos independentes e nativos digitais, com proposta editorial e institucional distantes da grande mídia:

Eles proclamam com orgulho sua independência editorial e financeira, priorizando o interesse público em detrimento dos lucros. Dependem amplamente de financiamento de fundações, o que torna a sustentabilidade de longo prazo uma busca constante, mas também permite que esses sites pratiquem um jornalismo crítico e independente, oferecendo contra narrativas e incluindo vozes e perspectivas normalmente ignoradas pela mídia convencional. (...) Esses sites são pioneiros em novas contra-abordagens de financiamento, narrativas, fontes, mídias sociais, públicos, identidade e normas e valores jornalísticos, inovando com uma maneira diferente de pensar sobre o jornalismo que está desestabilizando todo o cenário midiático (Harlow, 2022, p. 1-2, tradução nossa).

Essa independência editorial dos veículos permite a contestação do ecossistema midiático dominado por interesses políticos e econômicos. Indo além de informar, esse jornalismo traz como inovação a orientação para justiça social, com denúncias e



estímulo a mudanças em questões políticas, econômicas e sociais (Alves e Santos, 2023; Harlow, 2022; Loose e Belmonte, 2023).

Loose e Belmonte (2023) enfatizam, em relação ao jornalismo ambiental, que a independência em relação a grandes conglomerados para a sustentação da produção jornalística sobre meio ambiente propiciou o surgimento de diversos posicionamentos explícitos em defesa da conscientização ambiental. Portanto,

para além das questões sobre financiamento dos projetos, essa modalidade jornalística acolhe a ideia de um posicionamento e contesta o que foi naturalizado pelo jornalismo baseado na objetividade (...) acolhem o debate ambiental e combatem, de diferentes maneiras, as injustiças ambientais derivadas do nosso sistema moderno-colonial. O engajamento se torna ainda mais explícito, nas propostas editoriais e nos chamamentos para que os públicos também ajam a favor da causa (Loose e Belmonte, 2023, p. 9, 13).

Melo e Costa (2023b), ao analisarem a produção jornalística independente sobre comunidades costeiras tradicionais, observaram que, apesar das limitações de recursos, os veículos independentes adotaram uma abordagem de jornalismo engajado, caracterizada por uma grande proximidade com vozes comunitárias. A visão centrada no público tornou-se evidente com a amplificação das vozes de marisqueiras e pescadores, que foram as principais fontes para os jornalistas independentes. Dessa forma, as parcerias entre veículos independentes, projetos sociais e coletivos populares emergem como uma estratégia para contrapor as narrativas predominantes na mídia corporativa, promovendo maior inclusão no debate social.

As pautas e abordagens inovadoras desses veículos, portanto, são comumente relacionadas a comunidades marginalizadas e racializadas, que estão no lado mais prejudicado do desequilíbrio causado pelas injustiças socioambientais, conforme já mencionado (Alves e Santos, 2023; Apostolopoulou e Cortes-Vazquez, 2018; Holifield et al., 2018; Malm, 2020; Nixon, 2011). Esses novos arranjos jornalísticos promovem, então, uma maior proximidade com o ambientalismo dos pobres e permitem traçar conexões entre a crise climática global e as realidades locais impactadas.

Em análise do quadro na América Latina, Harlow (2022) destaca que muitas vezes essas pautas se relacionam com as comunidades indígenas. O vazio deixado pela mídia tradicional quanto a essas comunidades não poderia ser mais evidente: apenas 3% das notícias da grande mídia no mundo usaram indígenas como fontes em 2021, segundo o Global Media Monitoring Project (2021). A seguir, apresentaremos



elementos conceituais, históricos e empíricos que permitem circunscrever o fenômeno comunicacional que emerge para contrapor o vazio e a invisibilidade das histórias indígenas na grande mídia.

### **Etnomídia indígena para a preservação ambiental**

Se, por um lado, a disparidade no acesso a terras e bens materiais, que coloca muitas etnias indígenas em condições precárias, é uma forma de violência estrutural, no sentido proposto por Galtung (2016), por outro, no âmbito da representação e da legitimidade, grupos dominantes da sociedade exercem uma violência simbólica<sup>8</sup>, ditando as regras do jogo no que se refere a paradigmas vigentes (Bourdieu, 2007). Os meios de comunicação são uma das instituições responsáveis por operacionalizar essa violência simbólica, principalmente enquanto o modelo vigente ainda era pautado por uma verticalidade entre os detentores dos aparatos comunicativos e o público receptor das mensagens.

Ocorre que, no bojo da popularização do uso da Internet para comunicação interpessoal, midiática e organizacional, grupos indígenas brasileiros passaram a fazer experimentos comunicacionais com uma perspectiva de contraponto ao discurso dominante, no intuito de fortalecer representação, reivindicar direitos e combater violências históricas e contemporâneas. As primeiras experiências de participação ativa de indígenas na cultura digital vêm ocorrendo desde o início dos anos 2000, sendo o Portal da Rede Índios Online, por exemplo, um dos pioneiros, responsável por resgatar visibilidade para etnias que estavam consideradas “desaparecidas” por pesquisadores (Barros, 2023; Pereira e Di Felice, 2021).

Assim como apontado no momento do texto em que discutia-se acerca do jornalismo independente, a invisibilidade de determinadas etnias, pautas, temas, territórios e conflitos acarreta, sem dúvida, em um enfraquecimento do debate necessário para atravessar uma era histórica carregada de crises e riscos ambientais.

---

<sup>8</sup> O conceito de violência simbólica desenvolvido por Pierre Bourdieu é parte integrante da teoria sociológica do autor, com uma envergadura intelectual significativa, da qual, por ora, cabe apenas uma breve situada ao leitor. Segundo Bourdieu (2007), as relações de comunicação na sociedade e os sistemas simbólicos – mídia, arte, religião, idioma etc. –, no fundo, exercem uma função política no sentido de garantir a dominação de uma classe sobre a outra. A esse mecanismo de dominância exercido na esfera econômica, mas também no plano simbólico, o autor dá o nome de violência simbólica. De maneira sutil, quase imperceptível, os agentes dominantes impõem uma significação de mundo aos dominados.



Contudo, o acesso à conectividade<sup>9</sup> e a recursos audiovisuais por parte de coletivos indígenas e organizações parceiras tem permitido a amplificação de narrativas alinhadas a um outro modo de vida e a um ideário de luta política por direitos.

Conforme nos recorda Rodrigues (1999), em um mundo globalizado, no qual os sistemas informacionais estão conectados ininterruptamente, essa exposição midiática ganha potencialmente escalas planetárias, anulando-se as distâncias. Para este autor, “não é sequer necessário hoje deslocar-nos para entrarmos em contato com povos e culturas distantes” (Rodrigues, 1999, p. 196). No entender de Santi e Araújo (2020), a apropriação da técnica e da lógica midiática por grupos indígenas é uma poderosa estratégia discursiva, capaz de reposicionar a atuação dos agentes do campo comunicacional. Pereira e Di Felice (2021) preferem a utilização do termo “incorporação” para se referir ao uso de tecnologias digitais por indígenas, inspirados na análise das formas de comunicação de redes xamânicas, além de um contraponto à conotação instrumental que a expressão “apropriação midiática” geralmente traz.

O contexto político nacional da última década, marcado pela necessidade de firmar contraponto a projetos retrógrados que afetavam a luta indígena, ensejou a formação de muitos coletivos de comunicadores advindos de diversas etnias, configurando um conjunto de práticas denominado etnomídia indígena. Esse fenômeno vem sendo investigado por pesquisadores e organizações, como Santi e Araújo (2020, 2022), Demarchi (2022), Guilherme (2022), ISA (2023), Nascimento (2021), Pereira e Di Felice (2017, 2020, 2021), Santi e Araújo (2020, 2022), Smith (2018), Tupinambá (2016) e Correa Xakriabá (2018), que compõe, entre outros, o estado da arte no tema, interessados em compreender as características, propostas e contribuições desses coletivos para se pensar em novas formas de fazeres comunicativos.

---

<sup>9</sup> Pesquisa publicada no ano de 2024 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) indica que, apesar de o país estar no caminho da universalização do acesso à Internet, com 84% dos habitantes acima de 10 anos tendo estabelecido contato com a rede, apenas 22% dos brasileiros possuem condições satisfatórias de conectividade. O estudo definiu quatro dimensões de avaliação: 1) Acessibilidade financeira; 2) Acesso a equipamentos; 3) Qualidade da conexão; 4) Ambiente de uso. No que se refere ao acesso em aldeias indígenas, as chamadas redes comunitárias de Internet estão cumprindo um papel importante de estimular a apropriação das tecnologias, também de acordo com o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), em pesquisa publicada no ano de 2022. Trata-se de um modelo alternativo ao comercial com vistas a levar a conectividade a localidades com pouca infraestrutura e serviços, garantindo, assim, a democratização do acesso. Segundo o levantamento, 33% dessas redes estão presentes em aldeias ou territórios indígenas.



Para Santi e Araújo, a etnomídia indígena “surge como uma alternativa para a expressão da identidade étnica e autonomia política e social dos povos indígenas” (2020, p. 263). Trata-se de uma prática midiática de comunicação que busca novos regimes de visibilidade e representação, inexistentes na mídia hegemônica, o que aponta para um caminho de produção de sentidos a partir da perspectiva étnica e comunitária (Santi e Araújo, 2020), sem a mediação, “ajuda” ou interpretação dos agentes sociais dominantes. Nos dizeres de Guilherme (2022, p. 120), “é como se as escritas indígenas pudessem ativar elementos que não poderiam ser alcançados de outra forma, criando, assim, passagens por abismos antes intransponíveis”.

Essa inversão da visada e o protagonismo daqueles que estiveram na posição de colonizados estão alinhados à construção teórica estabelecida por Smith (2018), que faz uma crítica à forma pela qual o conhecimento científico foi desenvolvido, com práticas discriminatórias e violentas perante as formas de conhecimento dos povos indígenas. Podemos, aqui, observar um paralelo entre os esforços para produzir uma comunicação étnica e a crítica feita ao sistema de produção de conhecimento do mundo ocidentalizado, uma vez que ambos – a comunicação e o conhecimento – são leituras da realidade expressas por meio, principalmente, da linguagem escrita. De acordo com Smith (2018, p.53-4):

Nós vivemos simultaneamente dentro dessas visões ao mesmo tempo em que necessitamos propor, discutir e lutar por histórias, teorias e formas de escrita que sejam legitimamente opostas ou alternativas a esses pontos de vista [...] Parte desse exercício está relacionado a resgatar nossas próprias histórias do passado. Tal fato está estritamente ligado a recuperar nossa linguagem e nossos fundamentos epistemológicos.

Um aporte fundamental na discussão sobre práticas de visibilidade e produção de conhecimento desde dentro das comunidades indígenas é a noção de território e territorialidade<sup>10</sup>. Correa Xakriabá (2018) sublinha o diferencial que a conexão com o território traz para as práticas educacionais e acadêmicas de sujeitos indígenas, uma

---

<sup>10</sup> O conceito de território está presente em diferentes campos das ciências, tais quais Biologia, Ciências Políticas, Antropologia e Geografia, cada qual com oscilações de significados e compreensões. O geógrafo Milton Santos tornou-se um expoente nesse campo, nacional e internacionalmente, ao conceber elaborações teórico-metodológicas acerca da relação do ser humano com o espaço, tomando como base o materialismo histórico de Karl Marx. Para Santos (1999, p. 8), “o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade”, em um processo constante de reconhecimento e pertencimento a partir das relações estabelecidas através das trocas materiais da vida cotidiana.



vez que é a partir da relação com o lugar que a potência de novas epistemologias se fará presente. No campo da comunicação, as representações simbólicas podem ser compreendidas enquanto estratégias de conquista territorial, conforme apontam Santi e Araújo, para os quais “a etnomídia indígena também funciona como dispositivo capaz de estabelecer territorialidades através das representações que emprega ou pela conformação de sentidos territoriais que promove” (2020, p. 257). Em outras palavras, essa modalidade comunicacional incide diretamente no jogo de poder existente na sociedade, à medida em que tensiona a luta de narrativas.

Por se tratar de uma comunicação feita pelos próprios grupos indígenas, que carregam marcas de violências e injustiças históricas, a etnomídia indígena traz consigo o intuito de se contrapor ao modelo midiático hegemônico e que, por essa razão, abre espaço para fortalecer narrativas identitárias, utilizando, inclusive, o uso de línguas nativas em algumas peças midiáticas (ISA, 2023).—De acordo com Nascimento, a etnomídia indígena carrega o diferencial de ser uma forma de comunicação que se desenvolve a partir do olhar dos povos originários, historicamente relegados à condição de subalternizados, criando uma linguagem e uma pauta de conteúdos que não são vistos nos grandes veículos de imprensa:

Desenvolvendo a construção de uma linguagem comunicativa que não se estabelece com base nas rotinas hegemônicas da mídia, mas que usando seu próprio tempo narrativo, encontra em suas pautas a construção de uma comunicação ancestral, cosmogônica e assim decolonial e que valoriza suas próprias tradições. A confluência de saberes ancestrais com a própria identidade dos comunicadores indígenas propõe uma mídia que fala por meio de uma retroalimentação de saberes (2021, p. 46).

Os estudos das redes e ecologias comunicativas indígenas coordenados por Pereira e Di Felice (2017, 2020, 2021) procuram identificar características de interações comunicativas originais a esses povos – como o trânsito pelas entidades espirituais representadas pelas forças naturais feitos pelos xamãs, por exemplo - nas recentes formas de comunicação proporcionadas pelo ambiente digital. Segundo Pereira e Di Felice, a internet e os dispositivos tecnológicos ensinaram um comunicar que tem o perfil de uma ecologia conectiva, o que permite uma “aproximação com a dimensão cosmológica e comunicativa dos povos ameríndios” (2017, p. 11).

Ao ser digitalizada, a ecologia da comunicação indígena e a morfologia de seu social incorporam as interações já existentes entre as diversas entidades pertencentes ao universo simbólico e ecológico de cada povo, estendendo-o ao ecossistema informativo das redes digitais em suas diversas linguagens (hipertextuais, sonoras, audiovisuais) (Pereira e Di Felice, 2021, p. 205).



A maneira pela qual os povos indígenas se relacionam com a natureza, seja para extrair dela elementos de subsistência ou no plano da representatividade e dos significados – locus de rituais e cerimônias, portais para entidades espirituais etc – para cada uma das etnias merece atenção por parte de quem deseja conceber saídas para a atual crise ecológica e suas decorrências. De acordo com Diegues, diante de uma sociedade pautada por um modelo econômico focado na maximização da produtividade e dos lucros, mesmo às custas do esgotamento dos recursos naturais e da aproximação de uma catástrofe climática, “a valorização dos conhecimentos tradicionais surge como uma alternativa capaz de auxiliar na conservação de áreas naturais remanescentes” (2010, p. 43).

Parte da bibliografia consultada para a elaboração desta sistematização de ideias-chave a respeito da etnomídia indígena consiste em pesquisas com dados empíricos extraídos de experiências com grupos indígenas. Um dos artigos referenciados, de Pereira, Franco e Di Felice (2020), apresenta a experiência do coletivo Wayuri, formado por comunicadores indígenas de 10 etnias do Alto Rio Negro, no estado do Amazonas. Durante a pandemia do *coronavírus*, o grupo utilizou diferentes *podcasts* e áudios via aplicativo *Whatsapp* para circular informações de prevenção ao avanço do vírus nos territórios indígenas, em um momento em que o Brasil estava sob o comando do governo de ultradireita de Jair Bolsonaro, que negligenciou explicitamente apoio a essas populações.

Santi e Araújo (2022) extraíram elementos de três práticas comunicativas administradas pelo Conselho Indígenas de Roraima (CIR), representante do Movimento dos Povos Indígenas nesse estado. Um ponto em comum entre elas – “Ana Yeakaré – nossas notícias”, “A voz dos povos indígenas” e o portal do CIR – é a produção de narrativas que falam da importância da demarcação e homologação de terras indígenas, sempre procurando construir uma relação entre a situação política atual e o vínculo ancestral com os territórios. Os autores observam também o caráter participativo dessas iniciativas, uma vez que existe uma interação direta e até afetiva entre produtores e receptores desses conteúdos, com uma perspectiva crítica de transformação social.

Com base nas leituras expostas até o presente momento do artigo, observamos que, assim como nas práticas de jornalismo ambiental independente, as práticas enquadradas no conceito de etnomídia indígena logram estabelecer um diálogo mais



próximo e verdadeiro com grupos que muitas vezes estão à margem das discussões da agenda ambiental e da formulação de políticas públicas. Outro ponto de convergência entre as duas práticas analisadas é a formatação de novos arranjos produtivos, em resposta indireta e estratégica, digamos, a uma conjuntura financeira desfavorável ao modelo comercial dos grandes veículos de comunicação. As redes comunitárias de Internet são um exemplo vivo desse tipo de articulação (CTIC.BR, 2022). Ambas as práticas comunicacionais contemplam os saberes e conhecimentos locais, seja por meio das fontes consultadas ou pela cosmovisão de quem está produzindo a narrativa. Por fim, uma última semelhança digna de registro é o viés crítico ao atual modelo econômico, responsável pela reprodução de desigualdades sociais e severos agravos ambientais em larga escala.

Feita a discussão cabível ao escopo deste artigo, passamos a pensar então em possíveis desdobramentos e aprofundamentos para esta pesquisa. Sob a perspectiva da justiça ambiental apontada na seção anterior, segundo a qual os agravos ambientais e as mudanças climáticas afetam primeiramente e com mais força comunidades vulneráveis, nos interessa colher elementos empíricos que demonstrem a forma pela qual a etnomídia indígena abarca as temáticas ambientais. Com o olhar voltado para as dinâmicas concretas da realidade, acreditamos que seja possível tentar validar a premissa de que essa nova prática midiática também se situa em uma posição mais crítica e combativa no tratamento das questões ambientais, tal qual o jornalismo ambiental independente.

### **Considerações Finais**

O universo bibliográfico consultado e posto em análise neste artigo demonstra que o estágio atual de uma emergência climática inescapável - amplamente reconhecida na sociedade em nível global, regional e local - deve ser apreendido pelo jornalismo ambiental independente e pela etnomídia indígena como uma oportunidade de catalisar o engajamento ecológico e provocar as mudanças políticas e econômicas necessárias.

Portanto, os jornalistas ambientais devem reconhecer e abordar, de forma crescente, a exclusão das comunidades vulneráveis como um reflexo do modelo explorador de produção e desenvolvimento, alimentado pela marginalização e pelo racismo sistêmico. Um discurso jornalístico mais engajado e inclusivo precisa ampliar



as vozes comunitárias e ativistas e interagir e valorizar as vozes comunitárias marginalizadas e racializadas (Nixon, 2011; Loose & Belmonte, 2023).

Embora as mudanças nos modelos de negócios do jornalismo imponham dificuldades para os jornalistas, o crescimento de veículos midiáticos independentes apresenta oportunidades para o surgimento de novos arranjos institucionais e para a amplificação de narrativas alternativas ou contra-hegemônicas (Loose & Belmonte, 2023; Melo e Costa, 2023b).

Essas plataformas independentes têm demonstrado potencial para destacar narrativas emergentes de caráter contra-hegemônico e amplificar vozes e perspectivas normalmente invisibilizadas na mídia tradicional. Além disso, esses sites são pioneiros em formas inovadoras de financiamento, narrativas, fontes, utilização de mídias sociais, envolvimento com o público, identidade e normas e valores jornalísticos (Harlow, 2022; Melo e Costa, 2023b).

Entre as formas de narrativas que se propõe a uma aproximação com comunidades mais afetadas pela injustiça ambiental, este artigo destacou o espaço crescente ocupado pela etnomídia indígena no Brasil. Identificamos que essa abordagem, intrinsecamente ligada às formas de expressão e ao modo de se relacionar com a natureza dos povos indígenas, ainda precisa ser aprofundada na prática e em pesquisas acadêmicas. Notamos que as pesquisas atuais destacam principalmente o caráter de identidade étnica e de resistência política das práticas etnomidiáticas. Assim, ainda fica em segundo plano seu potencial para abordagem não apenas de questões locais referentes a comunidades indígenas, mas também da problemática socioambiental de forma ampla, em nível regional e global.

Ao longo do trajeto, identificamos cinco pontos principais de convergência entre os dois campos: 1) A conjuntura financeira de crise nos grandes veículos como um ensejo para a formatação de novos arranjos produtivos na produção comunicacional; 2) O diálogo direto com grupos marginalizados do debate ambiental, tais como comunidades tradicionais; 3) Abordagem de pautas e conhecimentos locais; 4) Críticas sociais e estruturais ao modo produtivo e sistema econômico, como reprodutores de desigualdades e impactos ambientais; 5) Abertura para discursos que fogem de uma concepção utilitarista da natureza.

Por fim, visualizamos alguns caminhos de investigações futuras que podem contribuir para compreender melhor essas duas formas de narrativas. Um deles seria ampliar a relação e se aprofundar nas convergências entre jornalismo ambiental



independente e etnomídia indígena com base em pesquisas empíricas, que possam formar um corpus consistente para realizar a dialética entre prática e teoria. Dessa forma, viria à tona com mais evidência o potencial crítico e transformador dessas duas narrativas que estão circulando na mídia atualmente.

---

## Referências

APOSTOLOPOULOU, Elia; CORTES-VAZQUEZ, José A. **The Right to Nature: social movements, environmental justice and neoliberal natures**. New York: Routledge, 2018.

BARROS, T. A. **Coração da Amazônia, território em disputa: movimento indígena e representação política em campanha contra hidrelétricas**. Curitiba: Appris, 2023.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.

CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. (Dissertação de mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2018. 218 p

COSTA, L. M. A formação do campo ambiental: um resgate histórico do contexto nacional e amazônico. **Revista Tempo da Ciência**, v.12, n. 23, 2005.

DORE, Rosemary; SOUZA, Herbert Glauco de. Gramsci Nunca Mencionou o Conceito de Contra-Hegemonia. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 25, n. 3, jul./ set. 2018.

FABER, D. The political economy of environmental justice. In: HOLIFIELD, Ryan; CHAKRABORTY, Jayajit; WALKER, Gordon. **The Routledge Handbook of Environmental Justice**. New York: Routledge, 2018, p. 61-73.

FERNANDES, S. **Entenda a crise de saúde yanomami, que levou o governo a decretar emergência**. Folha de S. Paulo, 21 jan 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/01/entenda-a-crise-de-saude-yanomami-que-levou-o-governo-a-decretar-emergencia.shtml>. Acesso em: 09 dez 2023.

FRIEDMAN, S. M. The changing face of environmental journalism in the United States. In: HANSEN, Anders; COX, Robert. (eds.). **The Routledge handbook of environment and communication**. Abingdon: Routledge, 2015. p. 144 – 157.

GABRIEL, J. **Governo Bolsonaro deu aval inédito para garimpo próximo à terra yanomami**. Folha de S. Paulo, 23 jan 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/governo-bolsonaro-deu-aval-inedito-para-garimpo-proximo-a-terra-yanomami.shtml>. Acesso em: 09 dez 2023.

GALTUNG, J. **La Violencia: cultural, estructural y directa**. Fundación Dialnet, Rioja, n. 183, p.147-168, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5832797>



GUILHERME, Andrielle Cristina Moura Mendes. **Comunicadoras indígenas e a de(s)colonização das imagens**. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Claudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. (orgs). **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HANSEN, A.; COX, R. (eds.). **The Routledge handbook of environment and communication**. Abingdon: Routledge, 2015.

HARLOW, Summer. **Digital-Native News and the Remaking of Latin American Mainstream and Alternative Journalism**. New York: Routledge Focus, 2023.

HOLANDA, J. S. P. de; KÄÄPÄ, P.; COSTA, L. M. Jornalismo ambiental: características e interfaces de um campo em construção. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 45, p. e2022109, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3KHgb2u>. Acesso em: 20 jul. 2023.

HOLIFIELD, Ryan; CHAKRABORTY, Jayajit; WALKER, Gordon. **The Routledge Handbook of Environmental Justice**. New York: Routledge, 2018

IBGE. Povos Indígenas/Quem são, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em: 02 dez 2023.

IBGE. Território brasileiro e povoamento, 2007. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena.html#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20do%20povoamento%20ind%C3%ADgena,Despovoamento%2C%20portanto>. Acesso em: 02 dez 2023.

ISA - Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil: 2017/2022. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2023.

LOOSE, E. B.; BELMONTE, R. V. ACTIVISM IN ENVIRONMENTAL JOURNALISM: how four key moments helped shape an engaged practice in Brazil. **SciELO Preprints**, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6065. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6065>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MACNAMARA, Jim. **Journalism and PR: Beyond myths and stereotypes to transparency and management in the public interest**. Sidney: University of Technology Sidney, 2009. Disponível em: [shorturl.at/mnCS7](http://shorturl.at/mnCS7). Acesso em: 5 set. 2020.

MADEIRO, C. **Garimpo ilegal em área protegida cresceu 90% sob Bolsonaro, aponta dados**. UOL, 22 set 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/09/22/garimpo-em-areas-protegidas-cresceu-90-na-gestao-bolsonaro-diz-mapbiomas.htm>. Acesso em: 09 dez 2023.

MAES, J. **Desmatamento por garimpo na Terra Indígena Yanomami saltou 25% em 2022, aponta Inpe**. Folha de S. Paulo, 28 jan 2023. Disponível em:



<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/01/desmatamento-por-garimpo-na-terra-indigena-yanomami-saltou-25-em-2022-aponta-inpe.shtml>. Acesso em: 09 dez 2023.

MALM, A. **Corona, climate, chronic emergency : war communism in the twenty-first century**. London: Verso, 2020

MELO, A.; COSTA, L. M. The concept of social field in media discourse: The impact of salt production on the environment in Brazil. **Sur Le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo**, n. 11, v. 2, pp. 90-107, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/SLJ.v11.n2.2022.465>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MELO, A.; COSTA, L. M. Environmental Journalism: from theory to the coverage of the environmental impact of Brazilian salt production. **Comunicação Pública**, v. 18, n. 34, 2023a. Disponível em: <https://doi.org/10.34629/cpublica.725>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MELO, A.; COSTA, L. M. Environmental justice and independent journalism: narratives about mangrove communities in Recife, Brazil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., Belo Horizonte/MG, set. 2023. **Anais eletrônicos [...]**. Belo Horizonte: Intercom, 2023b. Disponível em: [https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link\\_aceite/nacional/11/0815202317584764dbe7078191d.pdf](https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0815202317584764dbe7078191d.pdf). Acesso em: 05 dez. 2023.

MORAES, D. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci, 2010. **Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420>. Acesso em: 08 dez 2023.

MIGUEL, Katarini Girolodo; MACHADO, Mylena Fraiha. Jornalismo e afetos na experiência transmídia do movimento ambiental. **Revista Observatório**, Palmas, v. 5, n. 4, p. 280 – 308, jul.-set. 2019.

NASCIMENTO, L. G. **Etnocomunicação indígena como prática de liberdade decolonialista e ancestral**. Curitiba: Appris, 2021.

NIXON, R. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

PALFREY, J.; GASSER, U. **Born digital**: Understanding the first generation of digital natives. New York: Basic Books, 2008.

PASCOAL; ZHOURI. Os Krenak e o desastre da mineração no Rio Doce. **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política, S/L**, v. 3, n. 2, p. 360-394, 2021. DOI: 10.48075/amb.v3i2.28271. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28271>. Acesso em: 8 out. 2023.

PEREIRA, B. E; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v22i0.16054>. Acesso em: 05. Out. 2023.

PEREIRA, E. S; DI FELICE, M. As qualidades ecológicas das redes indígenas no Brasil, 2020. **Chasqui**: Revista Latinoamericana de Comunicación, N°. 147, págs. 201-220. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8093849>. Acesso em: 11 nov. 2023.



PEREIRA, E. S; DI FELICE, M; FRANCO, T. O Net-Ativismo indígena na Amazônia, em contextos pandêmicos, 2021. **Estudos em Comunicação**, n. 31, p. 109-132, 2020. Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/826/pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PEREIRA, E. S; DI FELICE, M. **Redes e ecologias comunicativas indígenas: as contribuições dos povos originários à Teoria da Comunicação**. São Paulo: Paulos, 2017.

RAMOS, Alessandra Natasha Costa. **Sustentabilidade financeira de meios jornalísticos nativos digitais no Brasil**: um estudo a partir do mapa do jornalismo independente. 2021. 292 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Sc, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3KHt6kV> .Acesso em: 22 jun. 2023.

RODRIGUES, A. D. **Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

REIS, Mariana. Jornalismo Independente e Desenvolvimento Local: apontamentos a partir de estudo de caso em Pernambuco e na Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020, Virtual. **Anais [...]** . Virtual: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2020. v. 1, p. 1-15. Disponível em: <https://bit.ly/3QFa6HI> . Acesso em: 15 jun. 2023.

SAMPAIO, Claudiane de Oliveira Carvalho. **A construção do discurso informativo na relação entre assessoria de imprensa e jornalismo**: apontamentos metodológicos para análise. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador: UFBA, 2014.

SANTI, V. J. C; ARAÚJO, B. **Etnomídia indígenas e novas territorialidades: a comunicação alternativa na construção dos territórios midiáticos**. In: SANTI, V. J. C; et al (Orgs.). Povos originários e comunidades tradicionais, Vol 6: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

SANTI, V. J. C; ARAÚJO, B. **Os territórios midiáticos e a territorialização do movimento dos povos indígenas no bios midiático**, 2022. Trayectorias humanas transcontinentales (14). Disponível em: <https://www.unilim.fr/trahs/4810>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SILVA, Marcelli Alves da; OLIVEIRA DOS SANTOS, Wyldiany. Jornalismo independente em pesquisas da comunicação: um estado da arte. **Revista Alterjor**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 2, p. 696–713, 2023. DOI: 10.11606/issn.2176-1507.v28i2p696-713. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/205922>. Acesso em: 30 jun. 2024.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Tradução Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

TAKAHASHI, Bruno; PINTO, Juliet; CHAVEZ, Manuel; VIGÓN, Mercedes. (eds.). **News media coverage of environmental challenges in Latin America and the Caribbean** – mediating demand, degradation and development. Palgrave MacMillan, 2018.

TUPINAMBA MACHADO, Renata. **Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários**. Brasil de Fato, 11 ago 2016. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios>. Acesso em 8 dez. 2023.



---

★  
Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.